

Abordagem qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: análise de conteúdo, paradigma indiciário e análise discursiva

Qualitative research for the human and social sciences: content analysis, indicinary paradigm and discursive analysis

Anderson de Carvalho Pereira¹

Resumo

Este artigo tem o objetivo de debater a abordagem qualitativa em ciências humanas e sociais, pela contraposição entre análise de conteúdo e a análise discursiva de base materialista pecheutiana, que pode ser filiada ao paradigma indiciário. Para isto, foi realizado um texto ensaístico que percorre estes tópicos separadamente. A análise de conteúdo propõe uma análise da superficialidade linguística e textual que corrobora a exclusão do sujeito. Trata-se também de um procedimento que fica refém de reducionismos vindos da vertente da Psicologia filiada ao paradigma galileano. O paradigma indiciário, por sua vez, ao ser recuperado no século XIX pelas Artes, Medicina, Literatura e Antropologia Criminal permite retomar o debate sobre o sujeito. Uma das conclusões é que a noção de sujeito do discurso de tradição lacaniana e que também aparece no debate contemporâneo sobre uma inefabilidade do indivíduo é a noção pela qual se pode ratificar Ginzburg para quem a Psicanálise e o método psicanalítico se filiam ao paradigma indiciário.

Palavras-chave: Método científico e metodologia da pesquisa; Abordagem qualitativa; Paradigma indiciário; Método psicanalítico; Análise discursiva.

Abstract

This paper aims to discuss the qualitative research in the human and social sciences, from the standpoint of the contrast between content analysis and Pecheutian materialistic discursive analysis based on the indicinary paradigm. For this purpose, an essay that addresses these topics separately was conducted. Content analysis restricts analysis to linguistic and textual surfaces, corroborating to the exclusion of the subject. It is also a procedure susceptible to reductionism from the psychological branch affiliated with the Galilean paradigm. The indicinary paradigm, in turn, revived by the Arts, Medicine, Literature and Criminal Anthropology reignites the discussion about the subject position. The text concludes that the Lacanian perspective, which has emerged in contemporary academic debates about the ineffability of individual, is the key to validating Ginzburg's assertion that the methods of Psychoanalysis are managed by the indicinary paradigm.

Keywords: Scientific method and research methodology; Qualitative research; Indiciary paradigm; Methods of psychoanalysis; Discursive analysis.

¹ Doutor em Ciências (Psicologia) pela Universidade de São Paulo, campus Ribeirão Preto, com estágio na Universidade de Paris XIII. Docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem, campus Itapetinga e Programa de Pós-Graduação em Educação, campus Vitória da Conquista, Brasil. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1485-0095> E-mail: anderson.pereira@uesb.edu.br

Introdução

O objetivo deste artigo é debater algumas diferenças entre análise de conteúdo e análise discursiva, do ponto de vista da filiação da primeira ao paradigma galileano e da segunda ao paradigma indiciário. O debate sobre ambos os paradigmas foi formalizado por Ginzburg (1989). Embora este autor não proponha esta filiação, defendemos sua possibilidade uma vez que na análise de conteúdo predomina a concepção dominante de indivíduo da Psicologia científica. No segundo, por sua vez, recuperamos Pêcheux (1988) para quem a Análise do Discurso (doravante, AD) resgata a perspectiva lacaniana e a noção de sujeito. Embora a noção de sujeito não apareça na obra freudiana (Elia, 2010), é a releitura lacaniana que permitiu a Pêcheux (1988) debater o assujeitamento e a interpelação ideológica e inconsciente.

Por este caminho, resgatamos alguns processos históricos relacionados à construção de uma subjetividade privada (Santi, 1998) e de debate sobre o inalcançável (Haroche, 1988) e mesmo assim enunciado por um indivíduo interpelado em sujeito (Pêcheux, 1988), de modo que as questões da subjetividade se tornaram excluídas ou assujeitadas ao ordenamento de uma disciplina dos saberes, incluindo a remodelagem das alianças entre discurso religioso, jurídico e científico (Haroche, 1988). Por conta desta reconfiguração, que ganha fôlego a partir do século XVI, mas tem seu auge no século XVII, conhecido como o século da sintaxe, inicia-se a alocação de um lugar gramatical e de rígido controle interpretativo ao sujeito.

Uma das decorrências deste processo histórico é a reprodução do modelo conteudista resulta no predomínio do paradigma de análise de eixos temáticos que acessam aspectos da superficialidade linguística dos dados nas abordagens qualitativas de pesquisa em ciências humanas e sociais. Este predomínio reforça alguns equívocos perfilados, sobretudo, pela Psicologia. Para abordar este debate, o texto foi dividido nas seguintes seções: Abordagens qualitativas em Ciências Humanas e

Sociais; Análise de Conteúdo; O paradigma indiciário, a análise discursiva e a questão do sujeito.

Abordagens qualitativas em Ciências Humanas e Sociais

Em geral, tomamos contato com o vasto campo dos métodos científicos a partir de uma demanda de requerer eficácia, clareza e objetividade. Os limites desta questão, grosso modo, deslocam-se nas abordagens qualitativas. Nestas últimas, e no campo das CHS os debates sobre eficácia ficam inacabados.

Todavia, essa demanda se deve ao tipo de herança presente nos ambientes escolares e acadêmicos que parecem prescindir de constructos teóricos. No caso das Letras e Humanidades e de todo o campo que a partir do século XIX passa a ser denominado de modo mais amplo de Ciências Humanas e Sociais (doravante, CHS), a aplicação de técnicas de levantamento, sistematização e análise de elementos datados e localizáveis passa a conviver com a maleabilidade do que se entende por humano, social, sociedade, política, cultura, linguagem e suas possíveis e respectivas aplicações.

Na virada do século XIX para o XX, o vasto campo da pesquisa qualitativa foi ampliado e consolidado devido à pluralidade e singularidade de aspectos da vida humana agora recortados em narrativas mais delimitadas junto de outras mudanças sociais como a aceleração do cotidiano urbano (Flick, 2009).

Assim sendo, a questão do método e sua herança do racionalismo filosófico ante o rigor deveria se pautar pelo objeto e o conjunto de procedimentos que atendem aos objetivos em torno do conhecimento daquele. Entre o geral e o particular mais específico, os métodos dedutivos ou indutivos postulam modelos que, mesmo provisórios, passaram a arriscar prognósticos; baseados em hipóteses teóricas e/ou observacionais passam a considerar o rigor da observação, do controle das variáveis no caso experimental e na comparação rigorosa res-

peitando a conjuntura histórica da realização da investigação (Fachin, 2006).

Um dos caminhos para resgatarmos a complexidade deste universo é retomar a delimitação de três (3) grandes campos: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo (Gil, 1999; Triviños, 2008). Como é sabido, dentro do que cada corrente define como um campo de possibilidades, os critérios de verdade variam, em torno do conhecimento verdadeiro; portanto, o argumento de autoridade reconhecida se diferencia nestes campos. Neste prospecto, o critério da evidência tem sido a maior controvérsia em termos de critério de verdade, e tem sido reposicionado em diversas áreas na atualidade (Triviños, 2008); e continuará sendo, uma vez que nas CHS, como afirmam Carminati e Meksenas (2008), a natureza da realidade e da própria noção de verdade deve ser constantemente questionada, sendo válido acrescentarmos que se assim não for, caímos na *doxa* generalizada, dogmática e perigosamente julgadora, ajuizada moralmente.

O paradigma galileano (Ginzburg, 1989) tomou um caminho para contornar este risco. Podemos citar a curva normal, a amostra ou mensuração de atitudes como no caso da escala de Thurstone e suas respectivas validade e fidedignidade (Gil, 1999), além da noção de anomalia que foi descaracterizada ao ser transferida das ciências naturais para as CHS (Kuhn, 1992).

Acrescentamos que esta superficialidade do debate em nome de um aparente e promissor enaltecimento da “evidência” tem ressurgido nos tempos atuais e minimiza os riscos da imposição de um referente em detrimento de outros possíveis. Estes rumos vêm levando as CHS para um caminho aparentemente esgotado, saturado, dado a partir de questões fechadas. Disso decorrem padrões rígidos e simplistas para dramas humanos que, em CHS, são sempre complexos e cujas respostas são provisórias e não definitivas dada sua própria natureza paradoxal. Basta um aceno em indexadores mais atuais para constatar a promessa de psicoterapia, alfabetização, letramento, didática, treinamentos laborais, todos baseados em evidências.

O dilema entre replicar o modelo das ciências naturais e seguir caminho próprio colocou as CHS distante de questões de interesse público e coletivo, bem como pautadas na separação entre pesquisador e objeto (Demo, 1995). Como veremos adiante, a exemplo, o paradigma indiciário aborda possibilidades de contorno à dicotomia pesquisador e objeto e nos leva a debater a adoção de um caminho aparentemente mais promissor tomado pelo paradigma galileano, posto que reconhecido publicamente, embora com dados frágeis (Ginzburg, 1989).

O caminho desta lógica de embates contraditórios fomentou dualismos. O Positivismo com a delimitação clara do objeto, voltada ao utilitarismo atingiu fins inegáveis. No campo das CHS, por sua vez, abordagens e metas se chocam e se influenciam. Autores como Rickert, Cassirer e Weber debatem sobre a possível predefinição do objeto pela cultura e por contingências históricas, convergindo para a consideração de que a compreensão dos fatos sociais deve se alinhar ao registro do cultural e do simbólico; somado a isto, atestam que pesquisas nessa área não ficam esgotadas e tem seu fim no empírico, de modo que afrontam o ditame técnico das sociedades industriais (Habermas, 2009); mesmo porque a pesquisa qualitativa é marcada pela pluralidade (estudos étnicos, análise de conversação, de discurso, de gênero, para citar algumas) e pelo reconhecimento de diversas perspectivas (Flick, 2009).

Habermas (2009) sugere que a crença comum em que a obsessão pela vida material e tecnicista teria ganhado vida própria, ou seja, se automatizado, já é uma interpretação limitada pelas próprias condições objetivas desta realidade. Isto não impede um exercício hermenêutico, que não pode deixar de lado uma autocompreensão e um exercício de interpretação da condição humana.

Um dos alertas que se faz neste aspecto e que encontramos em manuais de pesquisa qualitativa é sobre a postura do pesquisador, comumente creditada à “[...] consciência objetiva” em que “a objetividade é a condição básica da ciência” e

em que, com exclusividade, “a postura científica implica ações racionais” (Cervo; Bervian; Silva, 2007, p. 14).

O paradigma indiciário debatido por Ginzburg (1989) considera a noção de racionalidade intuitiva ao abarcar a efemeridade e volatilidade do quantitativismo da “curva normal” e o cálculo; no lugar disso, propõe considerar o imprevisto, o deslocamento do olhar, o golpe pelo faro e o gesto interpretativo ao avistar um objeto, que deslocam o eixo da questão inicial. Dito de outro modo, o pesquisador pode mirar e buscar “A”, mas alcançar “B”. Exemplificamos em pesquisa anterior (Tfouni; Pereira; Monte-Serrat, 2009) o caso da “carta roubada”, tão emblemático da psicanálise lacaniana. A carta pode estar em cima da mesa, o que não impede reviravoltas em busca de uma clareza que se confunde com a opacidade do objeto explícito. Mesmo à vista, à mostra, o objeto é investigado.

Desta forma, Ginzburg (1989) defende que a postura do pesquisador é a de não tomar partido prévio, não assumir lugar neutro, mas também não prometer isenção. Por este caminho, deve manter cautela em fazer conjecturas baseadas em falsas premissas, correlações espúrias ou tomando parâmetros de contingências e contiguidades com inferências frágeis que ofuscam a profundidade de qualquer interpretação.

No paradigma galileano, por outro lado, tomou-se o caminho do levantamento rápido e acumulado de respostas superficiais e frágeis para questões complexas que o paradigma indiciário, por sua vez, teceu com parcimônia e com resultados aparentemente menos vultosos, porém mais consistentes. Vejamos este ponto nas palavras do autor:

A orientação quantitativa e antiantropocêntrica das ciências da natureza a partir de Galileu colocou as ciências humanas num desagradável dilema: ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância (Ginzburg, 1989).

O autor prossegue afirmando que somente a Linguística teria ficado deslocada deste dilema, o que não é comumente aceito quando se recupera um autor como Milner (2012); mesmo que não discutindo o dilema a partir dessa nomenclatura de paradigmas, este autor considera o viés galileano da Linguística. Mas como este último tornou-se um paradigma tão forte? Parte da explicação se deve ao fato de que na disseminação da ciência já no Renascimento italiano a:

[...] cultura escrita, em geral, e a imprensa, em particular, fixaram o registro escrito como o dado com o qual as interpretações podiam ser comparadas. A escrita criou um “texto” fixo, original e objetivo; a imprensa colocou esse texto em milhões de mãos (Olson, 1995, p. 165).

Instalados no bojo da própria sedimentação das CHS, de meados do século XIX para início do século XX, essa disseminação da relação entre método, sujeito e objeto é uma questão central para debatermos o contraponto entre análise de conteúdo e análise discursiva, tendo por referência a filiação ao paradigma galileano e indiciário, respectivamente.

Conforme Milner (2012), a partir de nenhuma disciplina é possível formular um objeto em sua totalidade e dizê-lo por inteiro. É uma herança aristotélica que por vezes aparece na Linguística e que resulta do fato de que pouca mudança houve desde Aristóteles até Galileu (Damasio, 2011). Por conta disso, as metodologias foram reformuladas tendo em vista recuperar proposições universais, e as disciplinas aumentam a ilusão de que iriam se complementar em busca desta totalidade. Ginzburg (1989), por conta disso, coloca o paradigma galileano como um modelo universalista.

No embate com o paradigma indiciário, o paradigma galileano se destaca e transforma a desconfiança voltada às CHS em um nódulo de questões e ações para que a “interioridade indizível” (Haroche, 1988, p. 62) passe a ser lida, vista, vi-

giada (como o panóptico de Bentham, e as práticas jurídicas da época), comentada, verificada a partir de saberes disciplinados. Ocorrem modos de separação entre ver e ler; entre verificar e comentar. No espaço público passa a ser reconhecida uma divisão entre comportamentos observáveis e crenças interiorizadas (Haroche, 1988).

Haroche (1988) explica que como as questões da subjetividade despertam desconfiança no paradigma galileano dominante, ao mesmo tempo que são postas de lado, passam a ser transformadas em questões objetiváveis. É esta espécie de garantia que possibilitou que o lema *individuum est ineffabile* (indivíduo é inefável, na tradução livre; ou seja, não nomeável, não descritível) possa ser contornado de modo que o sujeito passa ser objeto do empirismo e sob influência deste, mais adiante no século XIX, surgem as CHS. Assim sendo:

O sujeito em sua opacidade torna-se, então, o sujeito de um saber impossível, até mesmo de uma ignorância necessária. E essa mesma opacidade garante ao sujeito um espaço de liberdade; o caráter indizível e inefável de subjetividade “protege”, efetivamente, o sujeito de uma verdadeira injunção política e jurídica na transparência do “dizer tudo” (Haroche, 1988, p. 62).

A adequação da sintaxe no século XVII também atua para esta disciplinarização pois “o sujeito deixa-se entrever precisamente nos excessos, nas ausências, em particular, na elipse e no inciso” (Haroche, 1988, p. 75).

O marco decisivo para o embate de narrativas baseados em modos singulares de retratar uma experiência se inicia na virada do século XV para o século XVI, mas no século XVIII ganha fôlego com o aparecimento das filosofias da subjetividade. Suas teorias do conhecimento operam um deslocamento do pensamento sobre a linguagem do ponto de vista da Retórica, de modo que “[...] o sujeito, *subordinado* à verdade de seu discurso, na época clássica, se torna progressivamente a *fonte* desse

discurso, enquanto um nó de necessidades, de temores e de desejos [...]” (Pêcheux, 1988, p. 51).

Desconsiderar a questão do sujeito é o ponto de partida, e também, a decorrência da dominação da análise de conteúdo filiada ao paradigma galileano, de uma forma que explica em parte os limites atuais das CHS. Voltaremos a este ponto um pouco mais adiante. Antes disso, queremos mostrar que também há afinidade e filiação entre a análise de conteúdo como estratégia metodológica e o paradigma galileano em seus modos de dirimir a questão do sujeito.

Análise de conteúdo

Na análise de conteúdo, o sujeito é consciente, representa de maneira uniforme as coisas do mundo, então haveria sempre uma leitura “melhor”, mais geral, a ser alcançada pela elaboração de inquéritos que serviriam de maneira igual para todos (questionários, testes, etc.); já se busca respostas para dicotomias previamente formuladas (homem/mulher; violência/paz; urbano/rural), os procedimentos padrões apenas ratificam o “óbvio” e afirmam com palavras mais refinadas suposta “verdade já dada” (expressão minha). O “social” está nas relações psicológicas, na somatória da esfera individual (Rocha; Deusdará, 2005). Voltaremos a este ponto por meio da crítica que Henry (1992) faz ao psicologismo.

Nota-se a herança da evidência, da mediana, da categorização e da generalização como elementos que compõem o quadro epistemológico do paradigma galileano (Ginzburg, 1989). Na análise de conteúdo parte-se do “externo” para criar categorias no interior da coleta de dados. Por exemplo A, B, C são criadas; em seguida, vai-se até a transcrição da entrevista ou do acervo documental e busca-se partes da fala que se encaixam nessas categorias (Lima, 2003; Rocha; Deusdará, 2005).

Bardin (2011, p. 35) localiza a expansão da análise de conteúdo entre os anos 1960-1975, com técnicas aplicadas aos mais diversos textos e baseadas na discriminação de unidades de codifica-

ção do sistema computacional. Para a autora, este campo objetiva “a superação da incerteza” e “o enriquecimento da leitura”. Nota-se, como a autora desenvolve em seus argumentos que neste campo, a interpretação se adequa aos domínios e ao alcance dos objetivos pretendidos. O conjunto de procedimentos que até se pretende não prescritivo porque considera algo além de suas regras de base, tem por foco analisar significados por meio da descrição analítica do conteúdo de mensagens de um processo linear de comunicação pautado na objetividade científica. As condições de produção, nesse caso, não são tomadas por um prospecto não linear, fragmentado, em formato de rede, mas por meio de inferências que se supõe do indivíduo psicológico. A inferência é causal, pensando no que levou a algum enunciado com dado significado.

Esse percurso aparece em muitos manuais de pesquisa qualitativa, como o de Pádua (2000), como classificação, organização e sistematização de informações coletadas, estabelecendo entre estas regularidades, princípios de causalidade e possibilidades de generalização em termo de seus pontos de convergência e divergência; muitas vezes, discriminando análise textual, temática e interpretativa, como aparece em Marconi e Lakatos (2008), mas em uma perspectiva padrão, tal como uma máquina de processamento de dados; e em que ocorre a mensuração do objeto de estudo por exames de consistência (Pereira, 2004), o que pode explicar a promessa de consistência do paradigma galileano (Ginzburg, 1989).

Malidier (2017) explica que nas origens da AD houve a idealização de uma máquina como dispositivo técnico informatizado para análises automáticas (morfossintáticas do francês). Havia indagações como: “O que é léxico e metaléxico?”, “O que determina a língua ‘de fora’?”, “O que fazer com a ambiguidade das orações relativas?”, “Existem formações discursivas com determinantes linguísticos (veja o texto acadêmico/jurídico)?”.

Mais adiante, concomitante à crítica às CHS que desconsiderassem o político, como a Psicologia Social vinha fazendo, a AD teoriza a reprodu-

ção das condições de produção, a partir da análise dos lugares da luta de classes: futuramente, noção de posição-sujeito. Do ponto de vista da releitura das teorias do discurso, o interesse nos 1970 pelos conceitos de implicação e pressuposição além do debate sobre os enunciados que independeriam do sujeito faz trocar o termo “pressuposição” por “pré-construído” e, mais adiante, o atravessamento da noção lacaniana de sujeito sempre falado por dizeres anteriores, mesmo os que não estão aparentemente e diretamente pressupostos e recuperáveis (Malidier, 2017).

Então, eis que a dominação da matematização e experimentação reduz as CHS às ciências do comportamento. Uma das formas do metaléxico (Malidier, 2017) assim criticado pela AD desde o início era a redução à fórmula estímulo e resposta do comportamentalismo (Pêcheux, 1988, 2014b). Na atualidade, notamos o quão danoso este reducionismo tem sido ao impor um ritmo acelerado em busca de *clicks*, *likes* e *feedbacks*, uma contabilidade minuciosa das ações do cotidiano. Estes gestos automáticos e autoritários emulam o reforço positivo da técnica behaviorista. A redefinição e o debate do valor político das teorias e da aplicação levariam, conforme Pêcheux (2014b), a reinserir o valor político do debate sobre o que se produz e para qual sociedade, superando a despolitização de que as CHS vinham sofrendo.

Na sequência desta breve retomada do percurso da AD, podemos problematizar o que Bardin (2011) denomina leitura. A autora foca na superficialidade linguística com a proposta de extrair eixos temáticos, otimizados em função de descritores linguístico-textuais centrados no locutor. Ocorre que a posição para este falar a partir de um lugar já está pré-definida por dizeres anteriores e por determinantes histórico-políticos que cindem a divisão do trabalho de interpretação, divisão esta que se aprofunda em tempos atuais à medida que os sistemas da lógica diferencial tornam mais complexas as operações das redes de sentidos (Pêcheux, 2014a): agora, virtuais, remotas, “ordenadas” por algoritmos, financiadas mundo afora e

pautadas em ações das *big techs* em sua monstruosidade financeira (base material do sentido pulverizada e difusa).

No lugar de causal, em busca de uma inferência psicológica, a perspectiva detalhista e indiciária elege o venatório, o retorno aos dizeres anteriores, no caso documentos compartilhados e acervos que deixam pistas e rastros e que admitem mal-entendidos, falhas, incertezas, fragmentárias, não ao mero acaso, mas também não claramente recuperáveis e antecipáveis.

O dado descrito já é um tipo de interpretação, próxima daquela languageira do sujeito comum, aquela que não apresenta estranhamento ao mundo semanticamente estabilizado (Orlandi, 2001). Possenti (2009), por sua vez, ao debater a análise discursiva divide dado crucial e dado rentável. O dado crucial é o que se aproxima do cotidiano do sujeito comum; e o dado rentável é, em geral, aquele que trabalha no limite dos discursos instituídos e que põem o potencial de transformação quase delirante do real da língua, no sentido da deriva e dos efeitos de sentido, à prova.

Vimos até aqui como a predominância de um paradigma universal e uma decorrência como a análise de conteúdo reduzida a uma análise linguístico-textual padronizada exclui o sujeito em sua singularidade. Não entramos no debate sobre algumas propostas de levar em conta de alguma maneira a singularidade como no caso da análise de conteúdo em debate com a fenomenologia. Focamos em outro caminho possível, por meio do paradigma indiciário e do debate sobre o sujeito em Psicanálise.

O paradigma indiciário, a análise discursiva e a questão do sujeito

A questão do sujeito ganha força como parte de um processo histórico em que a construção de uma subjetividade privada e de um lugar da privacidade decorre da mudança de vozes pelas quais ocorre inserção em uma estrutura simbólica. Santi

(1998) mostra de que forma a submissão a uma voz uníssona orquestrada pelo catolicismo dá lugar, na baixa idade média, a uma pluralidade de vozes. Aquele que antes saía às ruas submetido ao corpo social fechado domado pelo clero, passa a ter certa liberdade individual para dialogar e se perceber conclamado por várias vozes. O aquecimento do trânsito de mercadorias desafia agora o indivíduo, assujeitado às outras vozes, a mostrar e convencer da venda ou troca de seu produto. Aquele que vem de um lugar, fala de um modo e convence o outro a comprar ou trocar passa a usar a rima, o verso, o improviso, em parte ficcional e tem que se haver com várias vozes de alteridade razoavelmente inéditas.

A dimensão individual e pensante ganha força com o cartesianismo, sem o qual não existira Psicanálise (Elia, 2010). A inefabilidade do indivíduo é um objeto em transformação constante e que se agarra em parte na experiência, outra questão cara ao racionalismo, e também no deslocamento do método hermético para as estratégias de lidar com a vida cotidiana.

O paradigma indiciário ganha nova face ao longo do século XIX ao vislumbrar uma interioridade sujeita aos processos de consolidação do racionalismo galileano cartesiano e positivista ao mesmo tempo que se depara com a dificuldade de alocar a parte obliterada desse processo histórico, a qual a intuição das bruxas, do povo da floresta, do campo, da roça, dos itinerantes, corporifica e preserva.

Haroche (1988) explica que as injunções interpretativas e os processos disciplinares impostos pelos discursos religiosos, jurídicos e científicos teriam resolvido a questão do indivíduo inefável. Ocorre que a exclusão do sujeito permanece como questão em aberto. Este debate é, portanto, índice de ruptura e um elemento impactante, provocador e desafiador à aparente resolução da inefabilidade efetivadas pelas injunções interpretativas impostas. A Psicologia ratifica esta vigilância interpretativa. Caso clássico é a codificação, a qual podemos acrescentar para análise de testes projetivos.

Na contrapartida, temos a Psicanálise, uma vez que esta é um campo de natureza indiciária (Ginzburg, 1989) disso decorre que o que aparenta não ter validade ou não poder ter sido alocado em uma categoria, não é dado descartável. A relevância do dado também ocorre pela via do laço, do simbolismo, do ancestral, do legado, da forma pela qual lida com um tabu. Vejamos o que diz Meyer (1993, p. 32) a este respeito: “Como instrumento do método, a interpretação então não se limitaria a fornecer um outro sentido (oculto) ao discurso do paciente, mas a desvendar a existência, presença e atuação de formas de vida psíquica “inaparentes”, porém tão “reais” e ativas quanto as explícitas”.

Como se nota, no método psicanalítico não se busca um sentido tácito, não se trata de um procedimento heurístico, mas de postura interpretativa plural, em várias dimensões. Do ponto de vista lacaniano, a interpretação constitutiva da estrutura da linguagem permite resgatar esse valor. (Elia, 2010).

Não foi o Pai da Psicanálise quem debateu a noção de sujeito, mas a tradição lacaniana (Elia, 2010). O sujeito não nasce pronto, não tem essência, nem uma estrutura de personalidade como requer a Psicologia, mas se constitui por processos que consideram que sua sujeição ao simbólico depende também dos processos históricos que fornecem a este registro um mínimo de estabilidade semântica.

Ginzburg (1989) debate o paradigma indiciário nas Artes, na Medicina, na Literatura, na Antropologia Criminal. Essa última, demonstra que o mesmo paradigma que serviu para resgatar e dar voz ao sujeito, também foi manipulado para generalizações violentas. Um lugar razoavelmente especial é posto para a Psicanálise, pois esta não teria sido dominada pelas generalizações e superficialidades de uma dada Personalidade.

Já usamos por vezes aqui a palavra paradigma. Para Kuhn (1992, p. 67) é decorrente de processos históricos com regularidade e pertencimento do debate a uma comunidade. Afirma o autor que o paradigma: “[...] revela um conjunto

de ilustrações recorrentes e quase padronizadas de diferentes teorias nas suas aplicações conceituais, instrumentais e na observação”.

Ginzburg (1989) não parte desta definição. A todo tempo, argumenta sobre a natureza do conhecimento no campo das singularidades e da atenção aos detalhes. Em pesquisa anterior acrescentamos que este modo de ler os detalhes percorre o jogo de ocultação e revelação de elementos inaudíveis, inalcançáveis e inatingíveis em um primeiro momento, como já exemplificado pelo caso da “carta roubada” (Tfouni; Pereira; Monte-Serrat, 2009), e também por uma topologia do sujeito (Tfouni; Pereira, 2018).

O paradigma indiciário tem atravessado vários campos da investigação: nas análises de caso por ser detalhista (Goes, 2000), além de ser muito válido no jornalismo investigativo (Zorzal, 2014), e também, tratando sobre fenômenos sociais em geral veiculados nas mídias (Braga, 2008).

Beck, Fonseca e Santos (2019) criticam o quadro popperiano da formulação de evidências – o contrapõe a Feyrabend e avizinha este último do analista de discurso porque considera a contradição entre “todo” e “não todo”, o que serve para duvidarmos das evidências, posto que o heurístico vem atravessado por processos históricos. No lugar do risco de eleger o critério popperiano das evidências e da análise histórica como uma revelação tácita, esses autores se fundamentam em Ginzburg (1989) e na noção de recorte de Orlandi (1984) para considerar o sujeito como assunção em meio a complexidade dos processos históricos.

Acrescentamos a isto as noções de sequência discursiva (Courtine, 2014) e de domínio de memória e de antecipação que aparece em Serrani (1993), posto que ambos os autores focam fragmentos linguísticos em seus detalhes e pormenores para debater a assunção das posições-sujeito.

Pêcheux (1988) ao criticar a filosofia russelliana e reler a noção de sujeito althusseriana e lacaniana, apresentou uma das possibilidades de superar a supremacia do paradigma galileano, embora também não use esta nomenclatura. Um caminho

foi seu debate sobre as máquinas lógicas de análise textual em massa e de codificação universal do sujeito que aniquila as decifrações particulares. E, por isso, propôs uma teoria “[...] da identificação e da eficácia material do imaginário” (Pêcheux, 1988, p. 125), mesmo porque, até o que é da ordem do pensamento está submetido às representações operadas por formações imaginárias e nos processos de identificação em um lugar do simbólico para a disputa dos sentidos, ou seja, por meio de discursos. Mais adiante, este autor argumenta que é a noção lacaniana de sujeito e as heterogeneidades das vozes do Outro que vislumbra um sujeito estrategista (Pêcheux, 2002).

Podemos fazer uma analogia com o que Orlandi (2001) contrapõe entre a interpretação linguageira do sujeito comum, que não estranha o sentido; e a interpretação do analista, que problematiza a disputa pelo objeto do sentido. Suas interpretações de ruptura possibilitarão fazer um contraponto à imposição de algoritmos que cada vez mais determinam os gestos de leitura, denúncia já realizada pelo próprio Pêcheux (2014b), antes mesmo de vivermos o *boom* atual das *big techs*.

A busca por um sentido mais fidedigno do sentido tácito e verdadeiro a ser desvelado na comunicação predomina em uma concepção de análise de conteúdo que não admite perturbações em seus procedimentos (Rocha; Deusdará, 2005). Parte-se de categorias formuladas em função de inferências, desconsiderando-se a assunção do sujeito em meio à deriva e os efeitos de sentido. Desconsidera também que ao tentar descrever eixos temáticos, o pesquisador também marca posição ao pressupor uma intenção do texto, em vez de percorrer os diferentes modos pelos quais as redes de sentido produzem significação. Ademais, a desconsideração do imbricamento desses processos de significação não conduz a uma análise mais profunda das conjunturas históricas envolvidas na trama dos sentidos, uma vez que as categorias ou eixos temáticos são determinadas por inferências, elucubrações reféns de apostas aglutinadoras de

evidências a princípio taxativas sobre o “objeto”, pouco responsivas com o ato de interpretar.

É possível acrescentar que o controle interpretativo da mensagem, por meio de eixos temáticos, remete à divisão metodológica ocorrida no campo da Linguística estrutural, conforme Bakhtin (1988): de um lado o subjetivismo idealista, que reduziu mitologia e religiões às explicações psicológicas; de outro, o objetivismo abstrato.

A própria diagramação do texto pelo qual se apresenta uma análise de conteúdo e uma análise discursiva difere. Temos uma estética da análise de conteúdo marcada por extensos fragmentos de fala, no caso de pesquisas realizadas com uso de entrevistas semiestruturadas, por exemplo; e algumas análises que convergem mais para pontos em comum comumente aceitos no senso comum e estabelecidos muitas vezes de discursos dominantes, como o discurso médico e jurídico; ou por códigos anteriores, como no caso dos testes projetivos em Psicologia. Há exceções, mas não examinaremos aqui, como a intersecção com observação participante e estudos etnográficos ou no caso da fenomenologia. Mas em geral, destacam-se muitas falas de entrevistados e apresentam-se análises sucintas e categóricas.

Do ponto de vista da escrita da análise e também sua forma de apresentação, no paradigma indiciário, ao avesso, tem-se “poucos” destaques em excertos na forma de recortes (Orlandi, 1984), domínios (Serrani, 1993) ou sequências discursivas (Courtine, 2014) além de um extenso debate teórico-analítico. Observando publicações de ambos os paradigmas vemos diferenças na diagramação textual e na forma de apresentação da análise. Faz-se necessário alertar, todavia, que a relação entre ambos é de contradição, nem sempre uma análise de conteúdo é superficial ou uma análise que se reivindica indiciária e/ou discursiva alcança profundidade.

Dito isso, faz-se necessário retomar a comparação já aqui exposta que Ginzburg (1989) apresenta: o paradigma galileano promete dados vultosos e de amplo alcance, mas disfarça sua falta

de consistência; o paradigma indiciário tomou caminho em que os dados marginais aparentemente frágeis ou pouco relevantes mobilizam questões consistentes.

A crítica feita à aliança entre análise de conteúdo e paradigma galileano se pautou, como alertamos anteriormente, na Psicologia. Para Henry (1992, p.169):

O “erro central” da psicologia não é tanto o de deixar o terreno do materialismo, do qual ninguém está definitivamente ao abrigo, mas justamente o de estar ao lado deste terreno – fazendo coincidir em tudo indivíduo e sujeito, de deduzir a materialidade do pensamento (enquanto distinta do real pensado) [...] o que aqui está em questão é a própria idéia da individualidade dos processos de pensamento, da sua conexidade [...] de uma certa maneira, pode-se dizer que a psicologia só faz retomar para ela a função de não-conhecimento do imaginário no homem, que é não-conhecimento do real do desejo inconsciente, como também do real em geral, pelo fato do efeito (des)realizante e de (des)locação devido à irrupção necessária do simbólico. A relação do real com o imaginário no homem passa sempre pelo simbólico.

A partir desta colocação podemos perceber que, ao equivaler indivíduo e sujeito, a Psicologia faz parecer que as contradições dos paradigmas científicos aqui debatidos (galileano e indiciário) estaria resolvida. Ocorre que, de um lado, o paradigma galileano sustenta a noção de indivíduo, calcada na universalidade como se a questão da disciplina dos saberes operada para resolver o inefável do sujeito (Haroche, 1988) também tivesse sido resolvida; porém, embora excluído do paradigma dominante e da análise de conteúdo, o sujeito ressurge no próprio âmago da divisão do conhecimento e do lugar da ciência, que também está imbuída de um valor discursivo, já que:

A ciência nada mais é do que um discurso ou uma ficção dentre outras mas capaz de exercer

um “efeito de verdade” produzido, como todos outros efeitos literários, a partir de características textuais como o tempo verbal, a estrutura dos enunciados, as modalidades, etc. [...] o universo da ciência é um mundo que logra impor universalmente a crença nessas ficções (Bourdieu, 2001, p. 59, tradução minha).

A Psicologia dominante, por exemplo, baseada nas evidências que estariam garantidas pelo alinhamento entre o paradigma galileano e a análise de conteúdo atesta que a inferência, por exemplo, faria parte de uma clareza mental compartilhada entre pesquisador e objeto, deixando de lado a incompletude e não coincidência direta da relação entre linguagem, realidade e mundo.

Popper (1993) explica que alicerçar enunciados derivados de raciocínio lógico de forma protocolar pode levar a um psicologismo e escamotear uma inferência inapropriada; mesmo porque a inferência parte de uma asseveração lógica que não requer mentalismo.

O próprio Pêcheux (2002) ao final de sua obra, considerou tratar de um sujeito estrategista cujas interpretações tomavam um caminho semi-consciente. Por fim, ratificamos que o caminho para a Psicologia, e outras filiações à análise de conteúdo, para contornar alguns desses percalços é o da razão intuitiva de que trata Ginzburg (1989), presente na topologia do sujeito da Psicanálise e da AD (Tfouni; Pereira, 2018), que serve para “[...] advertir que muito da rigorosidade outorgada a métodos quantitativos é certamente imaginária” (Follari, 2008, p. 77). Afinal, o rigor presente no paradigma indiciário (Ginzburg, 1989) junto do trabalho analítico que levanta questões sobre a subjetividade não deixa de lado o rigor lógico (Tfouni; *et al.*, 2016).

Considerações Finais

Vamos finalizar tomando por eixo algumas palavras de Ginzburg (1989) que asseveram o rigor do paradigma indiciário, bem como retomam muitos dos dilemas já aqui apresentados a respeito

da relação entre paradigma galileano e indiciário, e análise de conteúdo e discursiva.

O paradigma indiciário pode parecer “inatingível” e “indesejável” inclusive no cotidiano, mas é “ineliminável” (termos emprestados de Ginzburg, 1989, p. 179) porque faz parte da própria natureza da linguagem e porque mexe com “regras tendencialmente *mudas* – no sentido de que, como já dito, não se prestam a ser formalizadas nem ditas”. Para seguir com o paradigma indiciário na problematização do modo como aparentemente foi resolvida a inefabilidade do indivíduo “[...] será necessário distinguir entre uma intuição baixa e uma intuição alta” (Ginzburg, 1989, p. 179). Dessas palavras do autor, podemos depreender que “mudas” se referem às pausas, segmentações, silêncios que tornam mais complexos os fenômenos de linguagem, bem como às metamorfoses constantes das redes de sentido.

Assim sendo, a dificuldade em apresentar um modelo de análise e etapas a serem seguidas no trabalho com pistas e indícios se deve ao fato de que, ao estabelecermos uma intersecção entre paradigma indiciário e análise discursiva, o *corpus* guia o analista (pesquisador). A heterogeneidade discursiva e de *corpora*, como admitida por essa interface, permite que a única prerrogativa a ser garantida seja a de um olhar, escuta e/ou leitura atenta para que: o imponderável não soe como *nonsense*; o estranho não alcance o julgo de bizarrice a ser rejeitada; e também não se perca o rigor da lógica na sequência de passos que não podem saltar de asseverações e conclusivas recheadas de *non sequitur*, nem de especulações descompromissadas fundadas em entimemas sobrepostos e dispersos que possam desembocar em sofismos.

O debate sobre paradigmas e métodos de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais faz parte da própria constituição deste campo e das disciplinas que se estabeleceram desde o século XIX. Não é uma questão resolvida. Longe disso, é um debate em aberto que deve ser reconfigurado a cada pesquisa e/ou reflexão teórica que se comprometa em não cair no engodo da aplicação de esquemas

e chaves de leitura que ratifiquem um processo de reificação da escrita (Pereira, 2011).

Referências

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: edições 70, 2011.
- BECK, M.; FONSECA, R. O.; SANTOS, A. P. dos. Recortes discursivos, paradigma indiciário e procedimentos contraindutivos. *Linguagem em (dis) curso*, Tubarão, v. 19, n. 1, p. 153-171, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-190102-DO0219>.
- BOURDIEU, P. *Science de la Science et réflexivité*. Paris: raisons d’agir, 2001.
- BRAGA, J. L. Comunicação, disciplina indiciária. *Matrizes*, v. 1, n. 2, p. 73-88, 2008. Disponível em: <https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/38193>. Acesso em: 8 ago. 2025. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v1i2p73-88>.
- CARMINATI, C. J.; MEKSENAS, P. As ciências humanas e a produção social da pesquisa. In: BIANCHETTI, L.; MEKSENAS, P. (org.). *A trama do conhecimento: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa*. Campinas: Papirus, 2008. p. 135-150.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Qualidades da postura científica. In: CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. (org.). *Metodologia científica*. São Paulo: Pearson Prentice hall. 2007. p. 14.
- COURTINE, J-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Edufscar, 2014.
- DAMASIO, F. O início da Revolução científica: questões acerca de Copérnico e os epiciclos, Kepler e as órbitas elípticas. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 1-7, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1806-11172011000300020>.

- DEMO, P. Qualidade formal e política. In: DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1995. p. 23-27.
- ELIA, L. *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- FACHIN, O. *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FOLLARI, R. A. Problemas em torno da pesquisa qualitativa. In: BIANCHETTI, L.; MEKSENAS, P (org.). *A trama do conhecimento: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa*. Campinas: Papirus, 2008. p. 73-93.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.
- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- GOES, M. C. R. A abordagem microgenética na matriz histórico-cultural: uma perspectiva para o estudo da constituição da subjetividade. *Cadernos CEDES*, v. 20, n. 50, p. 9-25, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622000000100002>.
- HABERMAS, J. O dualismo das ciências naturais e das ciências humanas. In: HARBEMAS, J. *A lógica das ciências sociais*. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 9-71.
- HAROCHE, C. Da anulação à emergência do sujeito: os paradoxos da literalidade no discurso (elementos para uma história do individualismo). In: LANE, S. M. T. (org.). *Sujeito e texto*. São Paulo: EDU, 1988. p. 61-86.
- HENRY, P. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: Edunicamp, 1992.
- KUHN, T.S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- LIMA, M. E. T. A Análise de conteúdo e/ou análise do discurso. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 9, n. 13, p. 76-88, 2003. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/psicologiaemrevista/article/view/166>. Acesso em: 8 ago. 2025.
- MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (re) ler michel pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2017.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 2008.
- MEYER, L. O método psicanalítico. In: SILVA, M. E. L. (org.). *Investigação e Psicanálise*. Campinas: Papirus, 1993. p. 27-48.
- MILNER, J-C. *O amor da língua*. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- OLSON, David. Cultura escrita e objetividade: o surgimento da ciência moderna. In: OLSON, D.; TORRANCE, N. (org.). *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995. p. 163-178.
- ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, E. P. Recortar ou segmentar?. In: ORLANDI, E. P. *Linguística: Questões e Controvérsias*. Série Estudos. Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. p. 9-26.
- PÁDUA, E. M. M. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. Campinas: Papirus, 2000.
- PÊCHEUX, M. As ciências humanas e o “momento atual”. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux – textos escolhidos por E. P. Orlandi*. Campinas: Pontes. 2014b. p. 175-202.
- PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento?*. Campinas: Pontes, 2002.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora Unicamp. 2014a, p. 55-67.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora Unicamp, 1988.
- PEREIRA, A. C. *Letramento e reificação da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
- PEREIRA, J. C. R. *Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais*. São Paulo: Edusp, 2004.

POPPER, K. A objetividade da base empírica. In: POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1993. p. 104-107.

POSSENTI, S. O dado dado e o dado dado (o dado em análise do discurso). In: POSSENTI, S. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola, 2009. p. 23-33.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de conteúdo e análise de discurso: aproximações e afastamentos na construção de uma trajetória. *Alea: Estudos Neolatinos*, v. 7, n. 2, p. 305-322, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-106X2005000200010>.

SANTI, P. L. R. *A construção do eu na modernidade: da renascença ao século XIX*. Ribeirão Preto: Holos editora, 1998.

SERRANI, S. M. *A linguagem na pesquisa socio-cultural: um estudo da repetição na discursividade*. Campinas: Editora Unicamp, 1993.

TFOUNI, L. V.; PEREIRA, A. C. Análise indiciária: uma topologia das singularidades. In: TFOUNI, L. V.; PEREIRA, A. C.; MILANEZ, N. (org.). *O paradigma indiciário e os modos de decifração das ciências humanas*. São Carlos: Edufscar, 2018, p. 121-149.

TFOUNI, L. V.; PEREIRA, A. C.; MONTE-SERRAT, D. M. A carta roubada e a estrutura do inconsciente. *Intersecções*, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 1-8, 2009. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaInterseccoes/article/view/1030>. Acesso em: 7 out. 2025.

TFOUNI, L. V.; *et al.* O paradigma indiciário e as ciências humanas: psicanálise e análise do discurso. *Estudos & Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 16, n.4, p. 1256-1270, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/33450>. Acesso em: 7 out. 2025.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 2008.

ZORZAL, G. Paradigma indiciário e o campo do jornalismo: possíveis aproximações. *Sinais*, Vitória, n. 15, p. 75-88, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/8598>. Acesso em: 8 ago. 2025.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio na forma de bolsa de Produtividade em Pesquisa.

Recebido em: 11 ago. 2025

Aprovado em: 08 out. 2025